

Análise das contas regionais 2010 - 2014

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Francisca Crísia Diniz Alves

Graduanda em Economia e Estagiária do BNB/ETENE

1 INTRODUÇÃO

Este informe analisa as contas regionais 2010 - 2014 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As contas regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2010 como referência, estando em conformidade com o novo manual System of National Accounts 2008, SNA 2008¹.

O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), em 2014, foi de R\$ 5,78 trilhões, contra R\$ 5,32 trilhões em 2013. Os cinco maiores estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, concentravam 64,9% do PIB nacional. O PIB do Rio Grande do Sul em 2014 voltou a ser a quarta economia nacional, posição que tinha perdido para o Paraná em 2013.

Os cinco menores PIBs brasileiros são de estados da região Norte, seguidos por seis estados do Nordeste. Em contrapartida, olhando a variação do PIB no período, observa-se que essas regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, cresceram acima da média nacional (9,7%). A Região Norte e o Centro-Oeste foram as que mais cresceram 16,5% e 16,3%, respectivamente, seguidas pelo Nordeste, 13,6%, pelas regiões Sul, 10,2% e Sudeste, 6,9%.

Além dessa breve introdução e da posterior conclusão, o documento subdivide-se em três seções, buscando avaliar o desempenho econômico no período e mantendo o foco, em alguns momentos, na comparação de 2014 em relação a 2013.

Na primeira seção, estuda-se o desempenho do PIB dos estados brasileiros no ano de 2014, analisando a evolução do grau de concentração da produção entre as regiões, bem como a geração de riqueza pelos Estados a partir de um indicador de produtividade desenvolvido pelo Etene. Na segunda seção, avalia-se o PIB *per capita* dos estados em 2014 e, na terceira seção, buscou-se detalhar o desempenho dos setores econômicos no PIB das regiões e nas unidades federativas do Nordeste.

A análise dos resultados das contas regionais

permite que se avalie o desempenho recente da economia brasileira, das regiões e estados, identificando-se ainda os setores mais dinâmicos do País e do Nordeste. Os resultados obtidos permitem também que se verifique a persistência das disparidades espaciais de renda *per capita* no Brasil. As informações e dados gerados no presente informe oferecem valiosos subsídios para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento.

2 DESEMPENHO DO PIB

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período de 2010 a 2013, no valor acumulado de 9,2%. O Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2013, apresentou crescimento de 10,6% em relação ao ano de 2012. Observa-se que no mesmo período, o incremento anual real médio foi de 2,96%. Em 2014 começa a inversão do ciclo, em que o PIB a preços de mercado de 2014 cresceu 8,4% em relação ao ano de 2013, e apenas 0,5% em termos reais. No período 2010-2014, o incremento real médio foi de 2,3%. No período em questão ainda se refletia uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das *commodities* também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes. A partir de 2013, os preços das *commodities* começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao País. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – e tudo isto não arrefeceu o começo do ciclo recessivo a partir de 2014. O período posterior que estamos a viver, 2015 – 2017, apresenta uma aguda crise, em que a atividade econômica deve cair em torno dos 6,6%.

Em 2014, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil², foi de 43,5% na remuneração do trabalho, 41,6% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 14,9% em impostos totais. O valor adicionado bruto (VAB) representava 86,0% do PIB. Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem peso maior que nas demais. A Região é a

1 A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de referência, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada “mudança de referência” incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

2 O PIB pela ótica da renda foi divulgado pela primeira vez para todos os estados para o período 2010-2013.

que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda em 2014, 40,0%. O estado de Pernambuco é o que tem maior peso dos impostos no PIB renda, 14,9%, acima da Bahia e semelhante à região Sul, revelando que tem uma indústria de transformação importante (A participação da indústria de transformação do Ceará no VAB é igual à de

Pernambuco. A geração de mais tributos por Pernambuco deve estar ligada a um menor índice de subsídios fiscais.). Em contrapartida, Pernambuco é a segunda menor participação do excedente operacional bruto e do rendimento misto, superando apenas a Paraíba. A Tabela 1 apresenta o PIB pela ótica da renda.

Tabela 1 - Participação dos Componentes do PIB - Ótica da Renda - % - 2014

Estados/Regiões	PIB pela ótica da produção		Componentes do valor adicionado		
	Valor adicionado	Impostos sobre o produto	Remuneração	Outros Impostos sem produção	EOB e RM
Brasil	86,0	14,0	43,5	1,0	41,6
Centro-Oeste	88,3	11,7	45,1	0,6	42,5
Sul	86,0	14,0	42,3	0,8	42,9
Sudeste	84,9	15,1	42,6	1,2	41,2
Norte	88,5	11,5	44,2	0,7	43,6
Nordeste	88,1	11,9	47,3	0,7	40,0
Alagoas	90,9	9,1	50,1	0,6	40,2
Bahia	87,6	12,4	46,1	0,8	40,7
Ceará	87,9	12,1	47,3	0,7	39,9
Maranhão	89,2	10,8	42,9	0,4	45,9
Paraíba	88,8	11,2	51,6	0,7	36,5
Pernambuco	85,9	14,1	47,4	0,8	37,7
Piauí	90,1	9,9	49,6	0,4	40,1
Rio Grande do Norte	89,3	10,7	49,1	0,8	39,4
Sergipe	89,8	10,2	49,7	0,6	39,5

Fonte: IBGE (2016). Elaboração dos autores.

Nota: EOB - Excedente Operacional Bruto; RM - Rendimento Misto.

O crescimento do PIB nacional, no período 2010-2014, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (16,5%), Centro-Oeste (16,3%), Nordeste (13,6%), Sul (10,2%) e Sudeste (6,9%) – destacando os estados de Mato Grosso (26,7%), Tocantins (24,3%), Maranhão (21,9%), Piauí (20,3%) e Mato Grosso do Sul (19,9%), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os menores resultados foram Sergipe (7,9%), Bahia (8,9%), e Alagoas (12,3%). Cabe salientar que as variações do PIB em 2014, como nos anos anteriores, têm uma dispersão razoável dentro das regiões. No Norte, por exemplo, enquanto Tocantins cresceu 6,2%, o estado do Amazonas cresceu apenas 0,2%. No Sudeste, observa-se a mesma coisa, o Espírito Santo crescendo 3,3% e São Paulo reduzindo sua atividade econômica em -1,4%. A região Nordeste tem a segunda menor dispersão (coeficiente de variação de 0,6), só sendo superada pelo Centro-Oeste (coeficiente de variação de 0,5).

Entre 2010 e 2014, Mato Grosso foi o estado com o maior alta acumulada do PIB (26,7%). No mesmo período, 21 unidades da federação cresceram mais que o Brasil (9,7%), aí incluídos todos os estados das regiões Norte e Centro-Oeste. O Minas Gerais teve o pior resultado (5,6%), sendo que todos os estados da região Sudeste,

à exceção do Espírito Santo, ficaram abaixo da média nacional. Já em 2014, ano em que o PIB brasileiro cresceu apenas 0,5%, também 21 estados tiveram desempenhos acima da média nacional. A maior elevação ocorreu no estado de Tocantins (6,2%), cujo resultado foi influenciado pelo bom desempenho da agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, além da atividade de construção, especialmente das culturas de soja, arroz e milho. O pior resultado ficou com o Paraná (-1,5%).

Em 2014, o PIB do Paraná (R\$ 348,08 bilhões) voltou a ser a quinta economia do País, dado que em 2013 tinha ultrapassado o Rio Grande do Sul. Este voltou a ser a quarta economia (R\$ 357,82 bilhões), posição que ocupava até 2012. O Rio Grande do Sul manteve a participação no PIB nacional, que tinha em 2010, 6,2%. No mesmo período, São Paulo deixou de contribuir com 1,1 ponto percentual (p.p.), passando de 33,3% para 32,2%. Mesmo assim, o Estado ainda representa cerca de um terço da economia nacional. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul participam com 32,7% em 2014, um ganho de 0,1 p.p. em relação a 2010. Os outros 1,0 p.p. perdidos por São Paulo ficaram com os 22 estados restantes.

A evolução da série encadeada do volume do PIB,

observada na tabela 2, pode ser representada pelo gráfico 1, a seguir, mostrando a trajetória ascendente de todas as regiões do Brasil no período, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste que tiveram a maior taxa de crescimento do País.

No Nordeste merecem destaques os estados do Maranhão (21,9%), Piauí (20,3%), Paraíba (19,7%), Ceará (15,6%) e Pernambuco (13,9%), que cresceram acima da média regional. Cabe observar que a Região, em sua totalidade, também evoluiu acima da média nacional, apesar do crescimento abaixo da média nacional da economia baiana (8,9%), e de sergipana (7,9%). A Bahia, que tem grande peso na composição produtiva do

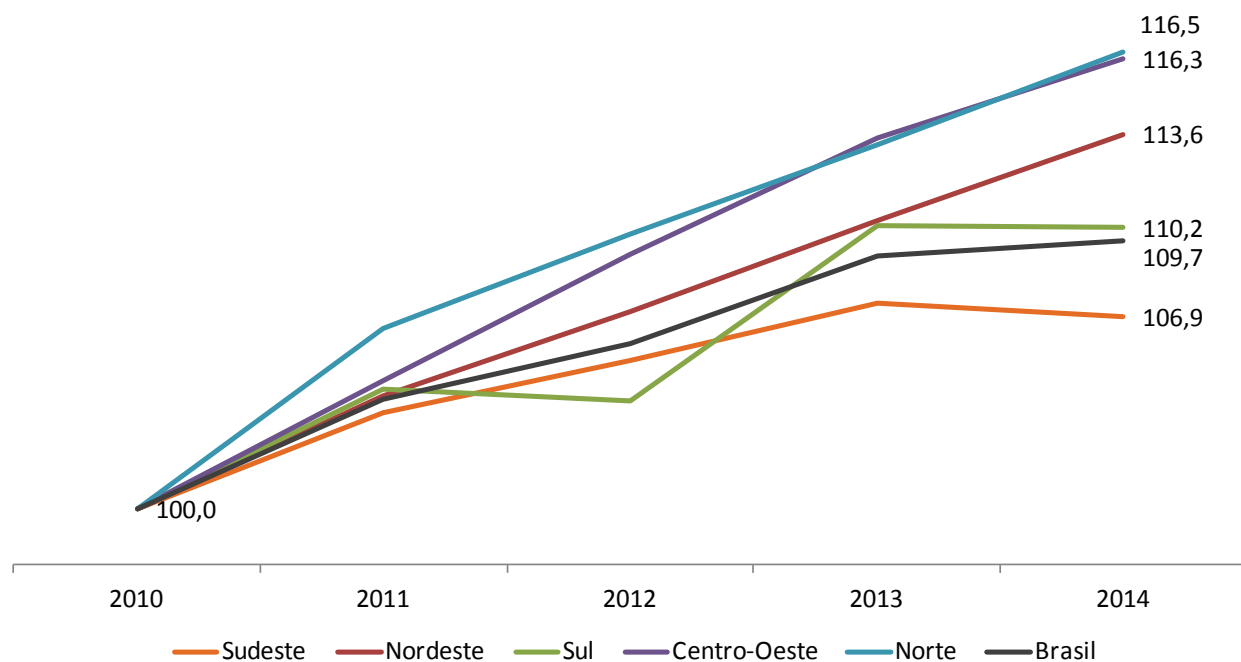
Nordeste, representava 28,0% da economia nordestina em 2014, teve em 2011 e 2013 crescimentos abaixo da média nacional, e isto puxou a média 2010-2014. Ocorre que em 2014 a Bahia esteve acima da média nacional. O setor de serviços, que representa 72,2% de seu valor adicionado bruto neste ano, progrediu 2,2%, com relação a 2013. Associado a este fato, observou-se relevante alta no valor adicionado bruto da agropecuária, 16,1% e um retrocesso na indústria, -3,2%. Cabe salientar que o desenvolvimento da Região é fortemente influenciado pelo desempenho do setor de serviços, que tem participação média de 73,3% na composição produtiva nordestina.

Tabela 2 - Variação do PIB: 2010 - 2014 (%)

Regiões/Estados	2011	2012	2013	2014	2010-2014
Brasil	4,0	1,9	3,0	0,5	9,7
Norte	6,5	3,2	2,9	3,0	16,5
Rondônia	5,2	3,3	0,8	3,7	13,7
Acre	4,3	6,2	2,3	4,4	18,2
Amazonas	10,4	1,4	4,4	0,2	17,0
Roraima	3,2	4,8	5,5	2,5	17,0
Pará	4,4	3,2	2,5	4,1	14,9
Amapá	3,6	9,2	3,4	1,7	19,0
Tocantins	8,8	5,2	2,2	6,2	24,3
Nordeste	4,1	3,0	3,1	2,8	13,6
Maranhão	6,5	4,3	5,6	3,9	21,9
Piauí	5,2	6,1	2,3	5,3	20,3
Ceará	3,9	1,6	5,1	4,2	15,6
Rio Grande do Norte	5,4	0,6	4,5	1,6	12,5
Paraíba	5,7	4,1	5,8	2,9	19,7
Pernambuco	4,5	3,9	2,9	1,9	13,9
Alagoas	4,7	2,0	0,4	4,8	12,3
Sergipe	4,8	1,5	1,0	0,4	7,9
Bahia	2,1	3,0	1,3	2,3	8,9
Sudeste	3,5	1,8	2,0	-0,5	6,9
Minas Gerais	2,5	3,3	0,5	-0,7	5,6
Espírito Santo	7,4	-0,7	-0,1	3,3	10,1
Rio de Janeiro	2,6	2,0	1,3	1,5	7,7
São Paulo	3,8	1,5	2,8	-1,4	6,8
Sul	4,3	-0,4	6,1	-0,1	10,2
Paraná	4,6	0,0	5,5	-1,5	8,7
Santa Catarina	3,5	1,7	3,5	2,4	11,5
Rio Grande do Sul	4,6	-2,1	8,5	-0,3	10,8
Centro-Oeste	4,6	4,4	3,9	2,5	16,3
Mato Grosso do Sul	3,4	6,0	6,6	2,6	19,9
Mato Grosso	5,7	11,0	3,5	4,4	26,7
Goiás	5,8	4,5	3,1	1,9	16,2
Distrito Federal	3,7	0,8	3,7	2,0	10,5

Fonte: IBGE (2016). Elaboração dos autores.

Gráfico 1 – Série Encadeada do Volume do PIB



Fonte: IBGE (2016). Elaboração dos autores.

No ano de 2014, alguns estados nordestinos que se destacaram na evolução do PIB, não são os mesmos com índices relevantes no período 2010-2014. O Piauí, por exemplo, foi o estado que mais cresceu em 2014, 5,3%, e ficou em segundo lugar no período 2010-2014, 20,3%. Alagoas, que ficou na segunda posição em termos de crescimento da atividade produtiva em 2014, ficou na sétima colocação no período 2010-2014.

Em 2014, no Piauí, a agropecuária representava 9,1% do valor adicionado bruto do Estado, a indústria, 11,9% e o setor de serviços, 78,9%. Na agropecuária, destacou-se a agricultura, inclusive apoiada pela agricultura e a pós-colheita, com alta de 74,4%, a pecuária, 9,6% e a produção florestal, pesca e aqüicultura em 14,7%. O valor adicionado bruto da indústria e do setor de serviços cresceu muito abaixo da média do Estado, 1,5% e 1,8%, respectivamente. Na indústria, apesar da evolução na indústria de transformação, 4,3%, que tem importante participação no valor adicionado bruto do setor, a atividade mais relevante, construção civil, 62,8% de participação no setor, cresceu apenas 1,4%. No setor de serviços, o destaque negativo ficou para a administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, -3,1%, que é a atividade mais importante do setor, 40,3%. Em Alagoas, a agropecuária representa 12,6% do valor adicionado bruto, quando a média regional é 7,0%. A indústria, 17,2% e os serviços 70,2%. O setor relevante no crescimento do valor adicionado bruto do Estado foi a agropecuária (27,6%), quanto a indústria e o setor de serviços avançaram em 2,2% e 1,9%, respectivamente. Na agropecuária sobressaíram-se a agricultura, 17,6%, que representava 80,1% do setor, e a produção florestal, pesca e aqüicultura que, apesar de ter a menor participação do setor, 9,5%, teve um crescimento extraordinário em 2014,

1.238,3%.

A agropecuária também teve grande influência na taxa de crescimento do valor adicionado bruto de 2014 do Ceará, com avanço de 19,2%. Assim como no estado de Alagoas, a agricultura cresceu em 2014 28,4%, seguida pela produção florestal, pesca e aqüicultura, 11,7%. Os resultados da indústria cearense permaneceram aos níveis de 2013, com ténue crescimento de apenas 0,4%. O principal fator para isto foi a redução de -2,8% na indústria de transformação, que tem a maior participação do setor, 49,2%. Mesmo com a atividade de construção crescendo à taxa de 3,5% (participação de 36,8% no setor) não conseguiu reverter o processo de queda da indústria de transformação. O setor de serviços cresceu 3,7%, próximo a média da variação do valor adicionado bruto do estado, 3,8%. Os destaques são a atividade de comércio, 6,4% (participação de 21,6% no setor) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, 5,0% (participação de 9,8% no setor). O destaque negativo é o pequeno desempenho em administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, 0,6%, que têm peso relevante no setor, 29,8%.

Já no Maranhão, a agropecuária e a indústria são os destaques, compensando o baixo crescimento do valor adicionado bruto do setor de serviços. A agropecuária sofreu acréscimo em 2014 de 9,6%, com destaque para a agricultura, 14,1% (participação de 64,0% no setor). O único destaque negativo na indústria foi a construção, -0,2% (participação de 42,9% no setor). Em contrapartida, indústria extrativa, indústria de transformação e eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação, cresceram 35,8%, 8,1% e 7,7%, respectivamente. Os resultados relevantes no

setor de serviços vêm do comércio, 5,1% (participação de 22,75% no setor) e alojamento e alimentação, 5,6% (participação de 3,7% no setor). Os destaques negativos são da administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social e atividades imobiliárias, -2,7% e 1,6%, respectivamente. Estas duas atividades detêm 49,2% de participação no setor.

Os estados com menor desempenho no PIB e Valor Adicionado Bruto em 2014, foram Sergipe e Rio Grande do Norte, com 0,4% e 1,6% de crescimento no PIB e 0,6 e 1,1 no Valor Adicionado Bruto, respectivamente. Em Sergipe os destaques negativos foram a indústria e a agropecuária, com resultados de -5,7% e -2,6%, respectivamente. Na indústria, o único resultado positivo foi em indústria extrativa, 3,8% (participação de 32,8% no setor). As principais involuções ficaram com a indústria de transformação, -20,7% (participação de 22,85% no setor) e eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação, -9,0% (participação de 10,3% no setor). A agricultura e a pecuária registraram

decréscimos de -4,3% e -0,3%, respectivamente. No setor de serviços destaca-se a atividade de comércio, que cresceu 4,95 e que tem participação relativa de 18,3%. No Rio Grande do Norte, o desempenho do valor adicionado bruto foi de apenas 1,1%, ficando abaixo da média regional, 2,5%, apresentando resultados negativos na indústria extrativa, -5,0%, indústria de transformação, -1,6% e construção, -3,2%, que representam 92,2% do setor industrial. Contribuiu ainda para o baixo crescimento do valor adicionado bruto do Estado, a redução de -0,6% em administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, que representam 36,8% do setor de serviços.

A participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil é mostrada na Tabela 3. De 2010 a 2014, três Grandes Regiões ganharam participação: Nordeste e Sul avançaram 0,5, e o Centro-Oeste avançou 0,3 ponto percentual; a região Norte manteve sua participação (5,3%), enquanto que o Sudeste teve uma queda na contribuição para o PIB de 1,2 p.p.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto, participação por Região

Regiões/Estados	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3
Nordeste	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9
Sudeste	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9
Sul	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4
Centro-Oeste	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4

Fonte: IBGE (2015). Elaboração dos autores.

O Sudeste, em relação a 2010, reduziu 1,2% sua participação no PIB. A perda da Região se deveu às reduções das participações dos estados de São Paulo, -1,2% e Minas Gerais, -0,1%. O Rio de Janeiro apresentou ganho de 0,1%, enquanto que o Espírito Santo ficou estável no período, 2,2% de participação. No caso de São Paulo, o Estado perdeu participação a cada ano de 2010 a 2013, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação. A fração do Estado em 2014 era a mesma de 2013, 32,2%.

Com participação de 16,4% do Produto Interno Brasileiro em 2014, a Região Sul evoluiu em nível de participação no PIB de 2010, 16,0%. Isso porque Paraná e Santa Catarina cresceram 0,2% cada. O Rio Grande do Sul

manteve a participação, 6,2%.

A região Centro-Oeste ganhou participação em função dos resultados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com ganhos de 0,3% e 0,2%, respectivamente. O Distrito Federal perdeu 0,3%, enquanto que Goiás 1%.

A região Norte permaneceu com sua participação de 5,3% no PIB brasileiro. Destaque para o Estado do Tocantins que ganha 0,1%, compensando a perda de 0,1% do estado do Amazonas.

Na região Nordeste o grande destaque foi Pernambuco, com ganho de 0,2% no período. Destaques, também, para Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba, aumento de 0,1% cada em relação a 2010. No sentido contrário, a Bahia perdeu 0,1% de participação, e foi o estado com a

segunda menor variação do PIB no período, 8,9, ganhando apenas de Sergipe, 7,9%.

As participações relativas no PIB e na população brasileira para os estados e regiões brasileiras são apresentadas na Tabela 4. Por sua vez, os dados apresentados na coluna 4 da referida tabela podem ser utilizados como uma “proxy” para um indicador de produtividade regional/estadual. O indicador relaciona as seguintes variáveis:

$$\frac{(\text{PIB do Estado} / \text{PIB do Brasil})}{(\text{População do Estado} / \text{População do Brasil})}$$

Quando o indicador é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Ou seja, a riqueza gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Por outro lado, quando o indicador é menor do que uma unidade, conclui-se que a produtividade estadual é menor em comparação com a produtividade média da nação.

O que se pode depreender dos resultados é que as

regiões Norte e Nordeste têm indicadores muito baixos, em comparação com as outras regiões, indicando uma precária geração de riqueza por habitante ou, dito de outra forma, uma incidência maior do número de habitantes vivendo em condições de pobreza, não observadas nas outras regiões. A região Nordeste fica em último lugar. Seu nível de produtividade, quer dizer, sua geração de riqueza por habitante é apenas 38,4% da riqueza gerada por habitante da região Sudeste e 50,2% da média nacional. Entre os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apenas Minas Gerais e Goiás têm o indicador menor que um (0,9), mas, mesmo assim, maior que qualquer estado do Nordeste.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste. Nesta região, a participação da população rural, 26,3%, é muito superior à média nacional, 14,9%. Cabe ainda salientar que os estados nordestinos, com menor valor no indicador (0,4), são os que têm a maior participação da população rural. Nos estados do Nordeste, a agricultura familiar é relevante, e trabalha com culturas tradicionais e de subsistência, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

Tabela 4 – Participação percentual dos Estados e Regiões no PIB e população (2014)

Estados	PIB (A)	População (B)	(A)/(B)	População Rural (%)
Brasil	100,0	100,0	1,0	14,9
Norte	5,3	8,5	0,6	24,1
Rondônia	0,6	0,9	0,7	23,7
Acre	0,2	0,4	0,6	25,9
Amazonas	1,5	1,9	0,8	16,3
Roraima	0,2	0,2	0,7	16,8
Pará	2,2	4,0	0,5	29,9
Amapá	0,2	0,4	0,6	10,4
Tocantins	0,5	0,7	0,6	21,5
Nordeste	13,9	27,7	0,5	26,3
Maranhão	1,3	3,4	0,4	40,8
Piauí	0,7	1,6	0,4	32,5
Ceará	2,2	4,4	0,5	26,5
Rio Grande do Norte	0,9	1,7	0,6	23,5
Paraíba	0,9	1,9	0,5	18,4
Pernambuco	2,7	4,6	0,6	18,9
Alagoas	0,7	1,6	0,4	28,3
Sergipe	0,6	1,1	0,6	28,1
Bahia	3,9	7,5	0,5	24,9
Sudeste	54,9	42,0	1,3	6,8
Minas Gerais	8,9	10,2	0,9	15,4
Espírito Santo	2,2	1,9	1,2	15,5
Rio de Janeiro	11,6	8,1	1,4	2,7
São Paulo	32,2	21,7	1,5	3,4
Sul	16,4	14,3	1,1	14,3
Paraná	6,0	5,5	1,1	12,5
Santa Catarina	4,2	3,3	1,3	15,9
Rio Grande do Sul	6,2	5,5	1,1	15,0
Centro-Oeste	9,4	7,5	1,3	9,7
Mato Grosso do Sul	1,4	1,3	1,1	10,8
Mato Grosso	1,8	1,6	1,1	17,2
Goiás	2,9	3,2	0,9	7,8
Distrito Federal	3,4	1,4	2,4	4,4

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: os autores.

Nota: (1) A população foi estimada para 1º de julho de 2014, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2014 (IBGE). A participação da população rural foi extraída da PNAD, 2014 (IBGE).

3 DESEMPENHO DO PIB *Per capita*

No período 2010-2014 o PIB *per capita* brasileiro melhorou. Os dados da Tabela 5 apresentam um PIB *per capita* de 2014 de R\$ 28.500. Calculamos, também, o PIB *per capita* de 2010, com os dados do IBGE para o PIB e população (censo 2010), R\$ 20.371, observa-se, então, um crescimento nominal de 39,9%. O índice de preços do PIB brasileiro no período 2010-2014 foi de 35,56%, logo se tem um crescimento real do PIB *per capita* de 3,2% e um ganho anual de 0,79%. Entre as regiões, no período 2010-

2014, a Nordeste é que teve o maior crescimento nominal do PIB *per capita*, 45,5%, seguida pela Região Sul, 44,3% e o Centro-Oeste, 41,3%. Na Região Nordeste, evidencia-se o crescimento do Piauí, 65,3%, Maranhão, 59,2% e o Ceará, 51,9%. A menor alta foi de Sergipe, 32,2%.

Dado o crescimento nominal do PIB *per capita* nordestino de 45,5% e do índice de preços do PIB de 35,62%, tem-se um crescimento real do PIB *per capita* nordestino de 7,3%, mais que duas vezes o aumento do PIB *per capita* brasileiro, sinalizando um ritmo de aproximação da Região para a média nacional, caso este

processo continue ao longo dos próximos anos.

Um resultado interessante a ser mostrado é que as regiões Sudeste (R\$ 37.298), Centro-Oeste (R\$ 35.653) e Sul (R\$ 32.687) obtiveram um PIB *per capita* acima da média do País. Cabe observar o crescimento do PIB *per capita* brasileiro em termos reais, comparando 2014 com 2013; ver a última coluna da Tabela. Olhando as regiões, O PIB *per capita* nordestino foi o que mais cresceu, 2,1%. As regiões Norte e Centro-Oeste também cresceram em termos reais, 1,5% e 1,0%. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Sul tiveram perdas reais na geração de riqueza por habitante, com relação a 2013, -1,3% e -0,9%, respectivamente. Na região Nordeste, apenas Sergipe teve uma redução real em seu PIB *per capita*, -0,7%. Cabe destacar os estados do Piauí, Alagoas e Ceará, em que suas rendas reais *per capita* subiram, com relação a 2013, acima dos 3,05%.

Segundo o IBGE (2016), nove Unidades da Federação apresentaram o PIB *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 28.500: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três da Região Sudeste e três da Região Centro-Oeste. Com o PIB *per capita* de R\$ 69.217, o Distrito Federal figura como o maior nesse índice, que representa 1,6 vezes o do registrado em São Paulo, da ordem de R\$ 42.927, o

segundo maior neste índice.

Muito embora o PIB *per capita* do Nordeste tenha aumentado em termos reais 2,1%, a Região continuado exibindo o menor PIB *per capita*, apresentando o valor de R\$ 14.329, ficando em torno de 50,2% da média nacional no ano de 2014, e 38,4% da região Sudeste.

Os estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte possuem valores de PIB *per capita* maiores que a média da Região, sendo Sergipe o estado a apresentar maior índice (R\$ 16.883), e possui a menor população do Nordeste.

Os estados do Maranhão e Piauí são os com o menor PIB *per capita*, R\$ 11.216 e R\$ 11.805, respectivamente. O Piauí apresenta 41,4% do PIB *per capita* brasileiro e o Maranhão 39,4%. Embora o Maranhão tenha obtido o 17º maior PIB Brasileiro em 2014, e o quarto melhor desempenho da Região em termos de crescimento do PIB, o menor PIB *per capita* deste Estado resulta da variável populacional, onde possui a décima maior população brasileira. Em contrapartida, estes dois estados vêm diminuindo suas distâncias para o PIB *per capita* brasileiro, devido ao crescimento da participação deles no Brasil. Este processo está sendo observado em grande parte nos menores estados brasileiros, mesmo que lentamente, e denota um avanço destas economias maior que o crescimento populacional.

Tabela 5 - PIB, População e PIB *per capita*, segundo as grandes Regiões e os Estados do Nordeste (2014)

Regiões/Estados	PIB - R\$ Milhões		Var. Real - PIB - % 2014/2013	População Re- sidente (1.000 habitantes) ¹	PIB <i>per Capita</i> (R\$ 1,00)		
	Preços correntes	Preços do ano anterior			Preços Correntes	Preços do ano anterior	Var. Real (%) - 2014/2013
Brasil	5.778.953	5.358.488	0,5	202.769	28.500	26.427	-0,4
Norte	308.077	301.139	3,0	17.231	17.879	17.477	1,5
Nordeste	805.099	744.941	2,8	56.186	14.329	13.258	2,1
Maranhão	76.842	70.359	3,9	6.851	11.216	10.270	3,0
Piauí	37.723	32.956	5,3	3.195	11.807	10.315	4,9
Ceará	126.054	113.597	4,2	8.843	14.255	12.846	3,4
Rio Grande do Norte	54.023	52.336	1,6	3.409	15.847	15.352	0,6
Paraíba	52.936	47.715	2,9	3.944	13.422	12.098	2,1
Pernambuco	155.143	143.855	1,9	9.278	16.722	15.505	1,1
Alagoas	40.975	39.059	4,8	3.322	12.334	11.758	4,1
Sergipe	37.472	35.494	0,4	2.220	16.879	15.988	-0,7
Bahia	223.930	209.569	2,3	15.126	14.804	13.855	1,7
Sudeste	3.174.691	2.935.194	-0,5	85.116	37.298	34.485	-1,3
Sul	948.454	879.425	-0,1	29.016	32.687	30.308	-0,9
Centro-Oeste	542.632	497.790	2,5	15.220	35.653	32.706	1,0

Fonte: IBGE (2015). Elaboração dos autores.

Nota: (1) População estimada para 1º de julho de 2014, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2014.

4 DESEMPENHO SETORIAL

A Indústria de transformação foi a atividade econômica que mais perdeu participação no valor adicionado total desde 2010 (-3,0% pontos percentuais). As outras atividades que também perderam peso no valor adicionado foram: Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-0,9%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,4%), Informação e comunicação (-0,4%), Construção (-0,1%) e Serviços domésticos (-0,1%).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no valor adicionado do Brasil, com destaque para atividades imobiliárias (1,0%), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,0) e Educação e saúde privadas (0,8%).

A atividade de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010. A Construção oscilou ao longo do período e perdeu 0,1%, mas mantendo-se no patamar acima de 6,0% do valor adicionado bruto. A administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social se manteve como a atividade com maior peso no valor adicionado bruto (16,4%), ganhando 0,1%, desde 2010, o que influenciou nos ganhos de participação dos menores estados brasileiros, já que esses têm boa parte de suas economias apoiada nesta atividade.

A agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita ganhou 0,2% de peso no período, influenciada pelo avanço da produção de soja no País, principalmente no Piauí. A pecuária, inclusive apoio à pecuária, apesar de perder 0,2% de participação entre 2010 e 2012, se recuperou em 2014 retornando para o mesmo patamar de 2010. A produção florestal, pesca e aquicultura manteve-se com participação de 0,5% no valor adicionado bruto do período.

Avaliando os segmentos produtivos do Brasil, percebe-se que o Valor Adicionado Bruto da agropecuária cresceu 2,8% em volume, em comparação com ano de 2013, visualizado na Tabela 6, sendo que todas as atividades ligadas à agropecuária cresceram, com maior destaque para a agricultura e à pós-colheita, 3,9%.

Nem todas as regiões do Brasil apresentaram crescimento no Valor Adicionado da agropecuária. As regiões Sudeste e Sul tiveram reduções em suas produções de -4,1 e -1,3%, respectivamente. Em contrapartida, as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram crescimentos razoáveis de 4,1%, 5,9% e 15,2%, respectivamente.

O crescimento expressivo de 15,2% na Região Nordeste, se deve aos estados do Piauí (50,4%), Alagoas (27,6%), Ceará (19,2%) e Bahia (16,1%). O único estado que teve resultado negativo na agropecuária foi Sergipe, em -2,6% na comparação de 2014 com 2013.

A evolução significativa da agropecuária do Piauí em 2014, se deve à agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, e à produção florestal, pesca e aquicultura,

que cresceram, 74,4% e 14,7%, respectivamente. Em Alagoas, o setor relevante também foi a agropecuária, com crescimentos importantes nas mesmas atividades do Piauí. A agricultura, inclusive apoio a agricultura e à pós-colheita, com alta de 17,6% e à produção florestal, pesca e aquicultura, que apesar de ter uma participação pequena, 9,5%, teve um crescimento surpreendente, 1.238,3%. A grande perda na agropecuária no estado de Sergipe foi na agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, com redução de 4,3% com relação a 2013. A perda na pecuária foi menor, -0,3%. A agricultura tinha participação na agropecuária do Estado de 73,3% em 2013, e passou para 72,1% em 2014.

A Indústria no Brasil apresentou perda real de -1,5% em 2014, em seu valor adicionado bruto, com relação a 2013, em razão dos resultados negativos das atividades do setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-1,9%), construção (-2,1%) e indústria de transformação (-4,7%). A única atividade com resultado positivo em 2014 foi a indústria extrativa, que apresentou um crescimento de 9,1%, mas que não conseguiu compensar as perdas reais nas outras atividades.

Ainda sobre a indústria, duas regiões cresceram acima da média brasileira, Norte e Centro-Oeste, com variações positivas de 1,9% e 0,4%, já as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste obtiveram perdas reais de -4,6%, -1,3% e -0,8%, respectivamente. Vale ressaltar que as unidades federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor em 2014, com o estado do Maranhão crescendo 7,4%, enquanto que Sergipe teve na indústria uma queda de -5,7%.

Tabela 6 - Taxa de Variação do Crescimento do Volume do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, por Atividades Econômicas (%)

Regiões/Estados	Setores: Variação % (2014/2013)			Total
	Agropecuário	Industrial	Serviços	
Brasil	2,8	-1,5	1,0	0,5
Centro-Oeste	5,9	0,4	2,2	2,3
Sul	-1,3	-4,6	1,7	-0,2
Sudeste	-4,0	-1,3	0,1	-0,4
Norte	4,1	1,9	2,8	2,7
Nordeste	15,2	-0,8	2,3	2,5
Alagoas	27,6	2,2	1,9	4,6
Bahia	16,1	-3,2	2,2	2,1
Ceará	19,2	0,4	3,7	3,8
Maranhão	9,6	7,4	1,4	3,5
Paraíba	1,2	5,1	1,5	2,1
Pernambuco	8,5	-2,2	2,1	1,4
Piauí	50,4	1,5	1,8	4,8
Rio Grande do Norte	6,9	-2,9	2,1	1,1
Sergipe	-2,6	-5,7	3,2	0,6

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: Os autores.

Na Região Nordeste, merecem destaque na indústria, pela grande taxa de crescimento, os Estados do Maranhão (7,4%), Paraíba (5,1%) e Alagoas (2,2%). Os setores com maiores crescimentos no Maranhão foram as indústrias extrativas (35,8%), indústria de transformação (8,1%) e o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (7,7%), que juntos representam 57,1% da indústria maranhense. O setor de construção, que representa 42,9% do setor, teve perda real de -0,2%. Na Paraíba os setores responsáveis são os mesmos do Maranhão, com maior ênfase no setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (10,9%). A indústria de transformação cresceu 5,4% e o setor de construção, ao inverso do Maranhão, cresceu 2,5% e representava 36,4% do setor industrial. As maiores quedas observadas no setor industrial ocorreram em Sergipe e Bahia. Em Sergipe, em que as indústrias extrativas têm grande importância, representam 32,8% do setor, cresceram 3,8%. Em contrapartida, o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação caiu -9,4% e a indústria de transformação -20,7%. A indústria da Bahia foi impactada pela redução do desempenho em todas as atividades da indústria, com maior destaque para a indústria de transformação (-4,9%).

O setor de serviços no Nordeste cresceu acima da média nacional, 2,3% para 1,0%. Destaque também para as Regiões Norte (2,8%), Centro-Oeste (2,2%) e Sul (1,7%) que expandiram acima da média brasileira. A região Sudeste cresceu apenas 0,1%.

Os Serviços, no Brasil, cresceram 1,0%, com destaque para a atividade de Informação e comunicação com taxa de 5,3%, seguido pela atividade de “artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços” 4,8%, educação e saúde privadas 2,5%, e alojamento e alimentação 2,2%. Estas atividades representam 11,5% do setor. A Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social, atividade de maior peso do setor serviços (16,4%), cresceu apenas 0,1% e a segunda atividade de maior peso (13,6%), o Comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, teve variação positiva de 0,6%.

No Nordeste, o comércio foi representado no setor de serviços em 15,0% em 2014, e teve variações positivas em todos os Estados, de forma que os melhores índices foram no Ceará (6,4%), Maranhão (5,2%), Sergipe (4,9%) e Paraíba (4,7%), com taxas superiores à média regional (4,3%). Os estados da Bahia e Pernambuco tiveram índices mais baixos, 3,2% e 3,5%, respectivamente. No total do setor de serviços, merece destaque na região Nordeste, os estados do Ceará e de Sergipe, com crescimentos de 3,7% e 3,2%, respectivamente. No Ceará, as maiores variações ocorreram em informação e comunicação, 9,2%; educação e saúde privadas, 8,2%; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, 6,9% e alojamento e alimentação, 5,8%. Já em Sergipe, devem-se destacar os crescimentos em atividades financeiras,

de seguros e serviços relacionados, 9,0%; atividades profissionais, científicas e técnicas, 12,0%; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, 7,1% e comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, 4,9%.

Examinando sob a ótica da participação dos grandes setores no PIB do Brasil, verifica-se que a agropecuária, no período 2010-2014, ganhou participação na composição do valor adicionado do País, apresentando um aumento de 0,2%, em comparação com o ano de 2010. Este setor passou a contribuir com 5,0 pontos percentuais do PIB do Brasil no ano de 2014, segundo se observa na tabela 7. Cabe salientar que o setor agropecuário brasileiro perdeu 0,3% em participação, de 2013 para 2014. Observando a composição regional do PIB Agropecuário no País, as regiões Sul e Sudeste mantiveram-se com as maiores participações, 28,1% e 23,8%, respectivamente. As duas regiões que perderam participação foram o Sudeste (-3,4%) e o Nordeste (-1,3%). Quem mais ganhou participação foi a região Centro-Oeste (2,7%).

Olhando a média do período 2010-2014, quanto à participação do setor agropecuário no PIB de cada estado do Nordeste, observa-se que este setor é representativo para a formação do PIB dos estados do Maranhão e de Alagoas, 10,9% e 10,7%, de seus valores adicionados, respectivamente, acima da média nacional de 5,0%. Os únicos estados nordestinos em que a participação da agropecuária cresceu no período foram o Piauí e Ceará, com variações de 1,4% e 0,1%, respectivamente. Em todas as demais unidades federativas, ou a agropecuária manteve-se estável (Bahia, 7,9%) ou perdeu participação no PIB dos estados, com a maior redução no Estado de Pernambuco, na margem de 1,4 ponto percentual.

O setor industrial, no período 2010-2014, teve uma participação média de 25,8% no valor adicionado bruto brasileiro. Em 2014, houve queda de participação em torno de 3,6 pontos percentuais em relação a 2010. Observa-se redução contínua ao longo do período. Em 2010, a participação era de 27,8%.

Analisando regionalmente a participação no PIB industrial do País, a Região Sudeste manteve seu lugar de destaque, cuja produção industrial contribuiu com 58,5%, na média do período. Deve-se ressaltar, contudo, que a hegemonia do Sudeste apresentou perda de 0,7% de participação no PIB, no período de 2010 a 2014. A Região Sul é a segunda em participação do PIB industrial figurando uma contribuição média de 17,4% e foi a Região com maior crescimento no período, 0,7%. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste participam com índices médios de 11,5%, 6,5% e 6,2%, respectivamente.

Quanto à participação do setor industrial no PIB de cada estado nordestino, observa-se que este setor é mais relevante na composição do valor adicionado dos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Ceará, com uma participação média no período 2010-2014, acima dos 20,0%, mas o estado de Sergipe tem participação média acima da média nacional, 27,9%. Exceto o Maranhão, que aumentou a participação em 1,2% no período 2010-2014, em todas as outras unidades

federativas da Região Nordeste, a contribuição do setor industrial foi reduzida (Tabela 8). Ressalte-se a significativa perda de participação deste setor em alguns estados do Nordeste, em especial para Bahia (6,2%), Alagoas (3,4%) e Sergipe (4,3%), na comparação de 2010 para 2014. Este Estado tinha uma participação de 29,0% no PIB.

Tabela 7 – Setor Agropecuário, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões/Estados ²	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil ²	4,8	5,1	4,9	5,3	5,0
Centro-Oeste	16,4	18,1	20,8	19,3	19,1
Sul	27,5	25,6	23,6	29,5	28,1
Sudeste	27,2	27,5	27,4	23,4	23,8
Norte	9,7	10,1	10,7	11,5	11,1
Nordeste	19,3	18,8	17,6	16,4	17,9
Alagoas	12,0	10,6	9,5	10,4	11,1
Bahia	7,9	8,2	8,0	7,3	7,9
Ceará	5,1	6,5	4,7	5,1	5,2
Maranhão	11,0	11,2	10,3	11,4	10,8
Paraíba	4,6	5,4	4,1	4,5	3,9
Pernambuco	4,8	4,4	3,5	3,5	3,3
Piauí	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4
Rio Grande do Norte	3,6	3,7	3,2	3,2	3,2
Sergipe	6,4	5,2	5,1	5,7	5,2

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

Nota: (1) Participação no PIB do setor.

(2) Participação no PIB de cada Estado ou do País.

Tabela 8 - Setor Industrial, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões/Estados ²	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil ²	27,4	27,2	26,0	24,9	23,8
Centro-Oeste	6,1	5,9	6,1	6,3	6,5
Sul	17,1	17,1	17,1	17,7	17,8
Sudeste	58,8	58,8	58,8	58,0	58,1
Norte	6,5	7,1	6,3	6,6	6,0
Nordeste	11,6	11,2	11,6	11,4	11,6
Alagoas	19,3	22,8	20,0	17,6	16,0
Bahia	27,1	23,8	22,1	20,5	21,0
Ceará	21,9	21,3	21,2	20,4	19,2
Maranhão	16,7	18,1	19,7	19,0	17,9
Paraíba	18,2	18,7	19,4	17,9	16,7
Pernambuco	21,9	21,6	22,0	21,5	18,6
Piauí	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9
Rio Grande do Norte	23,9	24,6	24,9	23,4	21,9
Sergipe	29,0	29,7	30,5	25,6	24,6

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

Nota: (1) Participação no PIB do setor.

(2) Participação no PIB de cada Estado ou do País.

O setor de serviços, no período 2010-2014,

foi responsável por 69,1% do valor adicionado bruto brasileiro, Entre 2013 e 2014 o setor aumentou sua participação em 1,3%. A exceção de 2011, o setor vem crescendo continuamente, conforme a tabela 9.

Em relação à composição regional do PIB de serviços brasileiro, as regiões Sudeste e Sul continuam a dar maior contribuição, participando na média do período, com respectivos 55,7% e 14,9%. O Nordeste tem percentual muito próximo à Região Sul, 14,6%. A Região cresceu sua participação em 0,5%, no período.

Nas unidades federativas do Nordeste, apenas Sergipe apresenta contribuição inferior à média nacional para a formação dos seus respectivos PIBs (66,6%). Destaque para o Piauí (77,6%), Paraíba (77,3%) e Pernambuco (75,0%).

Tabela 9 - Setor Serviços, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões/Estados ²	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil ²	67,8	67,7	69,1	69,9	71,2
Centro-Oeste	10,1	10,0	9,9	9,6	10,0
Sul	14,8	14,7	14,9	15,2	15,1
Sudeste	55,9	56,0	55,8	55,6	55,1
Norte	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9
Nordeste	14,4	14,4	14,5	14,6	14,9
Alagoas	68,7	66,6	70,5	72,1	73,0
Bahia	65,0	68,1	69,9	72,2	71,1
Ceará	73,0	72,2	74,1	74,5	75,6
Maranhão	72,2	70,7	70,1	69,7	71,3
Paraíba	77,2	75,9	76,6	77,6	79,4
Pernambuco	73,3	74,0	74,5	75,0	78,1
Piauí	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7
Rio Grande do Norte	72,5	71,7	72,0	73,4	74,9
Sergipe	64,7	65,1	64,4	68,8	70,1

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

Nota: (1) Participação no PIB do setor.

(2) Participação no PIB de cada Estado ou do País.

5 CONCLUSÃO

As contas regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2010 como referência (SCN-2010). As alterações do SCN-2010 se basearam no System of National Accounts 2008 (SNA 2008), que introduziu não apenas aperfeiçoamentos em determinados conceitos, mas também alterações que podem ter impacto nos resultados do PIB. Alguns sinais das mudanças entre as duas séries podem ser vistas nas participações dos setores para 2010, em que se observa que o setor de serviços foi o único que ganhou participação: Setor Agropecuário – série anterior, 5,3%, nova série, 4,8%; Setor Industrial – série anterior, 28,1%, nova série, 27,4; Setor Serviços, série anterior, 66,6, nova série, 67,8%.

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período 2010 - 2014, no valor acumulado de 9,2%. Observa-se que no período de 2010 a 2013, o

incremento anual médio foi de 2,96%, abaixo do PIB potencial, mas ainda refletindo uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das *commodities* também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes. A partir de 2013 os preços das *commodities* começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao País. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – e tudo isto não arrefeceu o começo do ciclo recessivo a partir de 2014. O pequeno crescimento em 2014 se devem à carga estatística positiva de 2013.

Em 2014, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil, foi de 43,5% na remuneração do trabalho, 41,6% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 14,9% em impostos totais. O valor adicionado (VA) representava 86,0% do PIB. Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem um peso maior que nas demais. Este fato é corroborado também pelo peso da administração pública nestas unidades da federação. A Região é a que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda em 2014, 40,0%.

O crescimento do PIB nacional, no período 2010-2014, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (16,5%), Centro-Oeste (16,3%), Nordeste (13,6%), Sul (10,2%) e Sudeste (7,4%) – destacando os estados de Mato Grosso (26,7%), Tocantins (24,3%), Maranhão (21,9%), Piauí (20,3%) e Mato Grosso do Sul (19,9%), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os menores resultados foram Sergipe (7,9%), Bahia (8,9%) e Alagoas (12,3%).

Na Região Nordeste, além do Maranhão e Piauí, merecem destaques os estados da Paraíba (19,7%), Ceará (15,6%) e Pernambuco (13,9%), que cresceram acima do nível do País e da Região, fazendo com que o Nordeste, em sua totalidade, também tenha crescido acima da média nacional, apesar do crescimento abaixo da média nacional da economia baiana, que apresenta grande peso na composição produtiva do Nordeste.

O grau de concentração da economia brasileira é muito alto. Os cinco maiores estados, São Paulo (32,2%), Rio de Janeiro (11,6%), Minas Gerais (8,9%), Paraná (6,0%) e Rio Grande do Sul (6,2%), concentravam 64,9% do PIB nacional em 2014, quase 2/3 da economia do País. Em relação a 2010, em função da queda de participação do Estado de São Paulo, estes estados sofreram, em média, uma redução conjunta de 1,0 ponto percentual de participação. Os estados que perderam participação foram São Paulo 1,2 ponto percentual, Distrito Federal 0,3 ponto percentual, Minas Gerais, Bahia e Amazonas com um 0,1 ponto percentual cada. No caso de São Paulo, o Estado perde participação a cada ano desde 2010, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação. Santa Catarina é o sexto maior PIB do País, ultrapassando a Bahia, em 2011, agora em sétimo lugar.

No período 2010-2014 o PIB *per capita* brasileiro melhorou. Os dados do IBGE apresentam um PIB *per capita* de 2014 de R\$ 28.500. O IBGE também divulgou o PIB *per capita* de 2010, R\$ 20.371; observa-se, então, crescimento nominal de 39,9%. O índice de preços do valor adicionado bruto brasileiro no período 2010-2014 foi de 35,6%, logo se tem um crescimento real do PIB *per capita* de 3,2%. O crescimento real do PIB *per capita* nordestino foi bem superior, 7,3%, sinalizando um ritmo de aproximação da Região para a média nacional, caso este processo continue ao longo dos próximos anos.

Apesar do melhor desempenho da economia nordestina em relação à média nacional, no período 2010-2014, a Região Nordeste continua exibindo o menor PIB *per capita*, ficando em torno de 50,2% da média nacional (em 2010 esta relação era 48,3%). Cabe salientar que o foco das ações estratégicas para reduzir as desigualdades entre a Região Nordeste e a média nacional, não deve ser o crescimento do PIB, em termos absolutos, e sim a convergência do PIB *per capita* regional para a média nacional, associado à redução das desigualdades sociais. Observe-se, também, que as desigualdades intrarregionais mantêm-se quase no mesmo patamar, nos seis menores estados da Região Nordeste, dois ganharam apenas 0,1% de participação no PIB nacional (Maranhão e Piauí) e um perdeu 0,1% em sua participação (Sergipe).

A Indústria de transformação foi a atividade econômica que mais perdeu participação no valor adicionado total desde 2010 (-3,0 pontos percentuais). As outras atividades que também perderam peso no valor adicionado foram: Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-0,9 ponto percentual), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,4 ponto percentual), Informação e comunicação (-0,4 ponto percentual), construção (-0,1%) e Serviços domésticos (-0,1).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no valor adicionado do Brasil, com destaque para as Atividades imobiliárias (1,0 ponto percentual), Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,0 ponto percentual) e Educação e saúde privada (0,8 ponto percentual). A atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010, ao inverso da indústria de transformação. A Construção oscilou ao longo do período e perdeu 1,0 ponto percentual, mas manteve-se no patamar acima de 6% do valor adicionado bruto total.

A Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita ganhou 0,2 ponto percentual de peso no período, influenciada pelo avanço da produção de soja no País. A Pecuária, inclusive apoio à pecuária, apesar de perder 0,2 ponto percentual de participação entre 2010 e 2012, se recuperou em 2013 retornando para o mesmo patamar de 2010

As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram crescimentos razoáveis no Valor Adicionado da agropecuária em 2014, comparado com o ano anterior,

4,1%, 5,9% e 15,2%, respectivamente. As Regiões Sudeste e Sul tiveram reduções em suas produções de -4,1% e -1,3%, respectivamente.

O crescimento expressivo de 15,2% na Região Nordeste, se deve aos estados do Piauí, 50,4%; Alagoas, 27,6%; Ceará, 19,2% e Bahia, 16,1%. O único estado que teve resultado negativo na agropecuária foi Sergipe, com uma involução de -2,6% na comparação de 2014 com 2013.

A Indústria no Brasil apresentou perda real de -1,5% em 2014, em seu valor adicionado bruto, com relação a 2013, em razão dos resultados negativos das atividades do setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-1,9%), construção (-2,1%) e indústria de transformação (-4,7%). A única atividade com resultado positivo em 2014 foi a indústria extrativa, que cresceu 9,1%, mas que não conseguiu compensar as perdas reais nas outras atividades.

Ainda sobre a indústria, duas Regiões cresceram acima da média brasileira, Norte e Centro-Oeste, com respectivas variações positivas de 1,9% e 0,4%, já as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste obtiveram perdas reais de -4,6%, -1,3% e -0,8%, respectivamente. Vale ressaltar que as unidades federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor em 2014, com o estado do Maranhão crescendo 7,4%, enquanto que Sergipe teve uma indústria em queda de -5,7%.

O setor de serviços no Nordeste cresceu acima da média nacional, 2,3% para 1,0%. Destaque também para as Regiões Norte (2,8%), Centro-Oeste (2,2%) e Sul (1,7%) que expandiram acima da média brasileira. A região Sudeste cresceu apenas 0,1%.

No Nordeste, o comércio representava 15,0% no setor de serviços em 2014, e teve variações positivas em todos os estados, de forma que os melhores índices foram nos estados do Ceará (6,4%), Maranhão (5,2%), Sergipe (4,9%) e Paraíba (4,7%), com taxas superiores à média regional (4,3%). Os estados da Bahia e Pernambuco cresceram menos, 3,2% e 3,5%, nesta ordem. No total do setor de serviços, merece destaque na região Nordeste, os estados do Ceará e de Sergipe, com crescimentos de 3,7% e 3,2%, respectivamente. No Ceará, as maiores variações ocorreram em informação e comunicação, 9,2%; educação e saúde privadas, 8,2%; artes, cultura, esporte e recreação

e outras atividades de serviços, 6,9% e alojamento e alimentação, 5,8%. Já em Sergipe, o destaque é para as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, 9,0%; atividades profissionais, científicas e técnicas, 12,0%; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, 7,1% e comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, 4,9%.

Quanto ao indicador de produtividade mostrado neste trabalho, todos os estados do Nordeste apresentaram índice abaixo da média do País (1,0). O indicador mais alto alcançado pelos estados do Nordeste é 0,6 (Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe) indicando uma precária geração de riqueza por habitante ou, dito de outra forma, maior incidência do número de habitantes vivendo em condições de pobreza, não observadas nas outras regiões.

A região Nordeste fica em último lugar no indicador de produtividade. Seu nível de produtividade, quer dizer, sua geração de riqueza por habitante é apenas 38,4% da riqueza gerada por habitante da região Sudeste e 50,2% da média nacional. Entre os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apenas Minas Gerais e Goiás têm o indicador menor que um (0,9), mas, mesmo assim, maior que qualquer estado do Nordeste.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste. Nesta região, a participação da população rural, 26,3%, é muito superior à média nacional, 14,9%. Cabe ainda salientar que os estados nordestinos, com menor valor no indicador (0,4), são os que têm a maior participação da população rural. Nos estados do Nordeste, a agricultura familiar é relevante, e trabalha com culturas tradicionais e de subsistência, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

REFERÊNCIAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil: 2010-2014**. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em dez.2016.